

ATA NÚMERO 92/XII/2ª SL

07.novembro.2012 – 15h00

Aos 7 dias do mês de novembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Audiência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2013 – 15h00

4. Audiência da Federação Nacional dos Professores – FENPROF, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2013 – 16h00

5. Petição n.º 198/XII/2.ª da iniciativa da FENPROF e outros, "Orçamento para a educação não suporta mais cortes" - 17h00

- Audição dos Peticionários
- Deputado (a) Relator (a): Amadeu Albergaria (PSD)

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 08.novembro.2012

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Comunicações do Presidente

Não se registaram comunicações.

3. Audiência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2013 – 15h00

Em representação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) estiveram presentes os Professores Rui Alberto Teixeira (Vice-Presidente do CCISP e Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo), Nuno Mangas (Presidente do Instituto Politécnico de Leiria), Vicente Ferreira (Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa) e João Carvalho (Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave).

Os representantes do CCISP apresentaram as principais questões orçamentais que os preocupam e que, em síntese, se expõem:

- O ano letivo 2012/2013 foi planeado e implementado com base no *plafond* atribuído pela tutela, integrando já, em julho, o corte médio de 3,2% face a 2012, ou seja, 8,6M€;
- No início do ano letivo, foram elaborados planos de atividades com base orçamental e foram contratados professores e outros serviços, estando o ano letivo a decorrer com normalidade;
- Em outubro, as instituições de ensino superior (IES) verificaram novas alterações dos seus orçamentos resultantes dos pagamentos do Subsídio de Natal, do aumento em 5% das contribuições para a CGA, do aumento em 1,45% das contribuições para a Seg. Social e da ADSE;
- O novo corte médio, de outubro é de 6,6%, ou seja, mais 17,2M€;
- O corte total do OE 2013 face a 2012 é, assim, 9,7%, ou seja, 25,7M€;
- Estas alterações não foram contempladas no aumento das dotações nos mesmos valores, do que resulta um aumento incomportável de despesa para as IES.

Assim, consideram que está em causa a missão das IES e que este orçamento não é exequível, sendo que as verbas inscritas só permitem assumir os encargos sociais durante 9 meses, pelo que cairão em incumprimento com o Estado a partir de setembro de 2013.

Consideram ainda que não poderão ser responsabilizados pela dotação orçamental insuficiente das rubricas CGA, SS, ADSE, uma vez que as alterações foram efetuadas após a aprovação dos seus orçamentos, ou seja, há enganos nas verbas inscritas para estas rubricas. Manifestaram ainda estranheza em relação à diferenciação da cobertura dos impactos nas diferentes instituições.

Por último, referiram que, sendo o orçamento e as suas opções um instrumento básico do governo das instituições, sujeito à aprovação nos seus órgãos, o facto de as novas alterações terem sido feitas diretamente sobre as plataformas informáticas do Ministério das Finanças, alterando as próprias rubricas dos orçamentos submetidos pelas instituições, sem qualquer comunicação, corresponde a um comportamento de legalidade duvidosa e que não dignifica as instituições.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) considerou que as instituições de ensino superior deverão dispor de condições para poderem cumprir, na plenitude, as suas funções e afirmou que iria colocar as preocupações apresentadas ao Sr. Ministro da Educação e Ciência, na audição agendada para o dia seguinte. Questionou ainda os representantes do CCISP sobre a forma como analisam uma reorganização da rede de ensino superior.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) manifestou a sua preocupação em relação ao orçamento para 2013, mas também relativamente ao de 2014, tendo em conta os cortes já anunciados. Perguntou ainda como pretendem ultrapassar a situação e se ponderam efetuar despedimentos, aumentar o custo das propinas ou deixar de concretizar algumas das atividades previstas. Solicitou, por último, a posição do CCISP relativamente à ação social escolar.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou pertinentes as preocupações apresentadas, afirmando que as transmitirá ao Governo, e questionou ainda o CCISP sobre a forma como contribuiria para um debate em torno da reorganização da rede de ensino superior.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) fez referência à posição crítica que o PCP tem assumido em relação à linha de desinvestimento no ensino superior, que asfixia as instituições e sacrifica a sua autonomia, impedindo que cumpram a sua missão. Questionou ainda se será possível fazer face às despesas, mantendo o valor da propina máxima, e ainda se os 17,2M€ resolveriam o problema dos Politécnicos.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou inaceitáveis os cortes previstos, na ordem dos 10%, e perguntou se a redução no financiamento ameaça o início do próximo ano letivo. Afirmou ainda que a racionalização da rede é importante, pese embora se perspetive agora o encerramento de instituições.

No que concerne à questão da reorganização da rede, os representantes do CCISP afirmaram que estão disponíveis para esse debate, que deverá, aliás, contar com a participação de todos, pese embora entendam que não existem instituições a mais. Referiram-se ainda ao papel fundamental dos politécnicos na modernização e desenvolvimento das regiões e do País.

Esclareceram ainda que a legislação impede o despedimento de funcionários e, em relação às propinas, não pretendem proceder a qualquer aumento, pelo que solicitam a intervenção dos Deputados para a resolução desta questão, no sentido de serem asseguradas as condições apresentadas e com base nas quais foi organizado o ano letivo.

Fizeram ainda referência ao custo do aluno no ensino superior, na ordem dos 2.000€, o que corresponde a metade do custo do aluno no ensino básico/secundário.

Por último, referiram-se às preocupações tornadas públicas pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, relativamente à qualidade do ensino, considerando que a proposta de Orçamento apresentada conduzirá a uma ainda maior diminuição dessa qualidade.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

4. Audiência da Federação Nacional dos Professores – FENPROF, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2013 – 16h00

Em representação da Federação Nacional dos Professores – FENPROF, estiveram presentes os professores Mário Nogueira (Secretário-Geral), Manuela Mendonça (membro do Secretariado Nacional e Coordenadora do SPN), Anabela Sotaia (membro do Secretariado Nacional e Coordenadora do SPRC), Joaquim Páscoa (membro do Secretariado Nacional da FENPROF e Presidente do SPZS), Rui Salgado (membro do Secretariado Nacional e Coordenador Nacional do Departamento do Ensino Superior e Investigação) e João Cunha Serra (Presidente do Conselho Nacional e membro da Direção do SPGL).

Os representantes da FENPROF apresentaram as suas preocupações em relação ao corte de 709M€ nas verbas para a área da Educação, previsto no Orçamento do Estado para 2013, por entenderem que compromete o futuro e a qualidade da Educação e da escola pública, o que tem gerado profundas preocupações em toda a comunidade educativa.

Referiram-se ainda ao estudo do Tribunal de Contas, considerando que os resultados apresentados não são sérios e que o PSD e o CDS-PP pretendem concessionar as escolas a entidades privadas. Consideraram ainda que a vinculação extraordinária dos professores constitui uma fraude, obrigando-os a concorrer para todo o País e estando prevista a entrada na carreira, sem que seja contabilizado o tempo de serviço.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) fez referência ao desempenho do atual Governo, designadamente no que se refere à avaliação dos professores, à revisão da estrutura curricular, à autonomia, ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar e aludiu ao clima de tranquilidade que se registou no início do ano letivo. Em relação ao Orçamento, e embora Portugal tenha de honrar os compromissos, afirmou que este Governo pretende colocar o aluno no centro das atenções, por considerar que a Educação determina o nosso futuro coletivo.

A Sra. Deputada Odete João (PS) afirmou que o discurso do Ministro da Educação e Ciência é distinto da prática, apresentando como exemplo o processo de colocação dos professores. Em

relação ao estudo do Tribunal de Contas, considerou que não se deve comparar o que é incomparável, visto que a escola pública tem custos que a escola privada não tem.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o custo do aluno nas escolas com contrato de associação é inferior ao custo do aluno nas escolas públicas. Em relação à vinculação dos professores, perguntou se não é habitual os docentes entrarem para a base da carreira e existir um período probatório.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que os cortes previstos no Orçamento do Estado para 2013, além de incidirem sobre as componentes sociais do Estado, vão incidir sobretudo nos professores, com a consequente destruição da escola pública. Em relação ao sistema alemão, que a OCDE considerou como o mais elitista do mundo, afirmou que se pretende replicar um sistema que vai converter a escola pública num instituto de formação profissional.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou que esta proposta de Orçamento é ilusória, por não permitir manter o sistema em funcionamento. Manifestou ainda as suas preocupações em relação ao modelo vocacional, considerando que cria desigualdades acrescidas, e perguntou se conhecem as intenções do Governo relativamente à vinculação dos professores.

Os representantes da FENPROF afirmaram que as verbas previstas para o ensino superior são manifestamente insuficientes e manifestaram ainda as suas preocupações em relação ao processo de constituição de mega agrupamentos que o Ministério está a preparar.

Em relação ao concurso de vinculação, esclareceram que o período probatório existe para aqueles que não cumprem funções no Estado, considerando inaceitável que não seja considerado o tempo de serviço dos professores que se encontram, muitos deles, há dez e mais anos no ensino. Lembraram ainda os professores que não têm grupo de recrutamento (grupo de teatro, das técnicas especiais, do Conservatório de Música), que permanecerão como contratados visto não poderem vincular-se.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Petição n.º 198/XII/2.ª da iniciativa da FENPROF e outros, "Orçamento para a educação não suporta mais cortes" - 17h00

Em representação dos peticionários, estiveram presentes dirigentes das seguintes estruturas: Federação Nacional dos Professores – FENPROF, Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, Sindicato dos Trabalhadores Administração Local, Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino e Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE).

Os peticionários manifestaram a sua preocupação em relação aos cortes previstos no Orçamento do Estado para 2013, referindo que toda a comunidade educativa está apreensiva em relação à redução de verbas, por entender que constitui uma ameaça a uma escola pública de qualidade.

Referiram-se ao nível de precaridade dos profissionais da Educação, quer docentes quer não docentes, que são utilizados, durante anos, para suprir necessidades permanentes do sistema, existindo atualmente escolas com mais profissionais precários do que profissionais do quadro.

Fizeram alusão aos cortes sucessivos de que tem sido alvo, sendo que nos últimos 2 anos, o orçamento da Educação desceu de 5,7% para 3,9% do PIB, entendendo que as consequências dessa redução refletem-se nas dificuldades de as escolas se organizarem pedagogicamente, no empobrecimento dos currículos dos ensinos básico e secundário, no aumento do número de

alunos por turma, na extinção de projetos educativos relevantes para as comunidades, no menor acesso a ação social escolar e no aumento dos níveis de desemprego e instabilidade dos profissionais da Educação.

Apontaram ainda os constrangimentos decorrentes da aprovação deste Orçamento, no que diz respeito ao pagamento das ajudas de custo aos inspetores de Educação, considerando que, a ser aprovada, a medida que prevê o pagamento de deslocação apenas acima dos 20 Km irá provocar a estagnação da instituição.

O Sr. deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu que, apesar dos constrangimentos financeiros verificados em 2012, foi possível, ao Governo, concretizar uma série de medidas, que permitiram a melhoria da qualidade do sistema educativo, designadamente no que diz respeito à avaliação dos professores, à revisão da estrutura curricular, à autonomia, ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar e aludiu ao clima de tranquilidade que se registou no início do ano letivo. Realçou ainda o papel e o empenho dos pais e de toda a comunidade educativa e terminou, afirmando que existe espaço para melhorar a eficiência no sistema educativo.

A Sra. Deputada Odete João (PS) referiu-se às condições de precaridade do pessoal docente e não docente, considerando que estão em causa as qualificações dos alunos e a qualidade do sistema de ensino. Em relação às ofertas educativas, defendeu que devem assegurar respostas adequadas às necessidades dos alunos, não devendo estes ser “empurrados” para cursos financiados pela União Europeia. Por último, fez referência à ação da Inspeção, considerando que deve centrar-se no apoio e esclarecimento às escolas.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) fez referência à precariedade na área da Educação, que considerou ilegal, por estarem a ser utilizados profissionais contratados para suprir necessidades permanentes do sistema.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou inaceitável que a escola disponha de condições para assegurar apenas serviços mínimos, entendendo que se trata de um ataque ao nosso modelo democrático, que assenta na capacidade de a escola pública garantir a igualdade entre os seus membros, ameaçando o futuro do País.

Os peticionários elogiaram o trabalho em rede, que consideraram notável e que tem permitido colmatar dificuldades e constrangimentos a vários níveis. Em relação à avaliação dos docentes, afirmaram que o modelo é praticamente o mesmo, mas não existe avaliação devido ao congelamento das carreiras.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Outros assuntos

7. Data da próxima reunião

Dia 08.novembro.2012

A reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de novembro 2012



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 28 de novembro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Ana Oliveira
João Prata
Jorge Fão
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro